



PARECER JURÍDICO nº 002/2020

Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2020

Solicitante: Secretaria da Câmara Municipal de Bandeirantes do Tocantins/TO

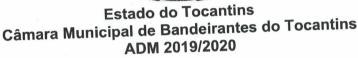
Solicitado: Assessor Jurídico

Assunto: INEXIGIBILIDADE Nº 002/2020

ADMINISTRATIVO. DIREITO EMENTA: CONTRATOS. E LICITAÇÕES LICITAÇÃO. **INEXIGIBILIDADE** DE AQUISIÇÃO DE BENS QUE SÓ POSSAM SER FORNECIDOS POR PRODUTOR, REPRESENTANTE OU **EMPRESA** EXCLUSIVO. COMERCIAL POSSIBILIDADE LEGAL. INTELIGÊNCIA DA LEI CAPUT, 25, ART. 8.666/93.para atender o Poder Legislativo da Municipal de Bandeirantes Câmara Tocantins/TO.

- 1. Vem ao exame dessa Assessoria Jurídica, o presente processo administrativo, que visa à contratação da Empresa especializada em Linha de telefonia fixa e internet, Empresa OI S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, com o endereço na RUA DO LAVRADIO, Nº71, ANDAR 02, CENTRO RIO DE JANEIRO-RJ, com o seu representante legal abaixo assinado, após análise da ASSESSORIA JURÍDICA e do CONTROLE INTERNO para atender as necessidades da Câmara Municipal de Bandeirantes do Tocantins/TO, conforme constante na Justificativa da contratação do Processo Administrativo 006/2020.
 - 2. Formalizado o processo, foram os autos encaminhados ao Presidente da Câmara Municipal, o qual foi encaminhado à Comissão Permanente de Licitação que emitiu parecer favorável à realização da despesa. Ato contínuo, houve por bem solicitar a opinião deste órgão jurídico assessorante no que respeita à confortação legal da







contratação da EMPRESA OI, com base no parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93, mediante inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços detelefonia fixa em ligações urbanas e interurbanas com uso de internet para atender às atividades da Câmara Municipal de Bandeirantes do Tocantins/TO, como já dito.

- 3. Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.
- 4. Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.
- 5. A inexigibilidade de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 1993 elenca a possibilidade quando existir inviabilidade de competição, in verbis:" Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição (...)
- 6. No que respeita ao primeiro requisito, qual seja, a escolha do fornecedor, quer nos parecer, salvo melhor juízo, que fica caracterizado haja vista tratar-se de concessionária de serviço público que tem o fornecimento exclusivo, onde não haveria outra alternativa de prestação de serviços de telefonia.
- 7. Necessário, esclarecer que, por força do princípio da indisponibilidade do interesse público, a Administração deve agir com prudência e cautela, sempre com o intuito de resguardar o interesse público. Assim, ainda que a Administração dispense o instrumento próprio e típico de contrato, não pode dispensar as precauções fundamentais para resguardar o interesse público, prescrevendo os deveres e responsabilidades dos contratantes, nos moldes estatuídos nos incisos do artigo 55 e conforme determina o art. 62, §2º, ambos da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8. O tema posto a análise não comporta maiores digressões, posto que de fácil entendimento que a hipótese vivenciada nos presentes autos encontra-se disciplinada no plasmado do caput, do art. 25, da Lei 8.666/93, com suas posteriores alterações, sendo certo que a contratação da Empresa Ol S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, pode perfeitamente se dar por Inexigibilidade de Licitação, na forma prevista no inciso supramencionado, posto que no âmbito deste Estado a referida prestadora é a única empresa especialização em serviços de telefonia fixa em ligações urbanas e interurbanas, não se cogitando da existência de outra empresa concessionária desses serviços







- 9. Diante do exposto, sou de parecer favorável à contratação da Empresa **OI S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº **76.535.764/0001-43**, para prestação de serviços de telefonia fixa em ligações urbanas e interurbanas para atender às atividades da Câmara Municipal de Bandeirantes do Tocantins/TO, mediante Inexigibilidade de Licitação, na conformidade do caput, do Art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.
- 10. Encaminhem-se os autos ao gabinete do Presidente para as providências cabíveis que entender pertinentes junto à Comissão Permanente de Licitação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Bandeirantes do Tocantins/TO, 06 de janeiro de 2020.

Benacy Nascimento Azevedo Advogado OAB/8562